

Nesta edição:

Convênio com a FGV

página 2

A Cúpula de Copenhague

páginas 10 e 11

**Perfil de ONG:
Geledés**

página 12

Colaboraram neste número:

Francisco de Oliveira
Eduardo Homem
Silvio Caccia Bava
Sonia Corrêa
Amélia Cohn
Átila Roque

A Nova Conjuntura e a luta pela cidadania

páginas 3 a 9



Lyonel Feuniger, Mellingen, 1919

Editorial

Duas questões que tratamos neste jornal estão na ordem do dia: 1) como avaliar o programa "Comunidade Solidária" proposto pelo governo Fernando Henrique e qual nossa posição frente a ele; e 2) como avaliar os resultados da Cúpula de Desenvolvimento Social e o que fazemos com esses resultados.

Com relação ao "Comunidade Solidária", muitas ONGs têm nos perguntado qual é a posição da ABONG. A própria Ação da Cidadania também passa por esta discussão. O Conselho Nacional de Assistência Social, onde temos assento, acaba de promover uma reunião ampliada que discutiu o significado deste programa de governo. Enquanto ABONG, tomaremos uma posição neste mês de maio, em reunião do nosso Conselho Diretor, para a qual convidaremos também o Belinho, o Jorge Eduardo Durão e o Miguel Darcy. O artigo que apresento é uma contribuição ao debate. A ABONG espera outras contribuições para interpretar com a maior fidelidade a vontade das suas associadas. Escreva!

Quanto aos resultados da Cúpula de Desenvolvimento Social, mesmo considerando que eles ficaram muito aquém do esperado, há uma questão que gostaríamos de discutir: como é que as ONGs no Brasil podem se apropriar desses resultados e que uso podem fazer deles em seus trabalhos específicos. É claro que esta questão é extensiva a todos esses eventos mundiais que estão mobilizando nossa atenção. Estamos abrindo um debate sobre este tema e contamos com a sua participação.

Silvio Caccia Bava

Convênio com a Fundação Getúlio Vargas

No dia 22 de março último, foi assinado um protocolo de cooperação entre a ABONG e o Centro de Estudos do Terceiro Setor da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, coordenado pelos Professores Luis Carlos Merege e Ricardo Neder. De um conjunto de reuniões, objetivando ações conjuntas, resultou o documento que reproduzimos aqui.

Produto imediato do protocolo foi a criação de um curso piloto para técnicos de Institutos, Fundações e Empresas que

destinam verbas a programas sociais. Em seu programa, por sugestão da ABONG, foram incluídos itens relativos às ONGs, ao caráter público de sua intervenção, bem como análises que contextualizam as atuais transformações da sociedade civil no Brasil. Há, ainda, outras propostas em andamento, como seminários conjuntos a respeito da relação Estado/Sociedade e a participação do CETS na elaboração de um cadastro informatizado da ABONG.

O texto do protocolo

Com o objetivo de estabelecer parceria visando promover a formação de profissionais voltados para o "terceiro setor", a Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, doravante denominada EAESP, com endereço à Avenida Nove de Julho, 2029, São Paulo - SP, e a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, doravante denominada ABONG, com endereço à Rua Renato Paes de Barros, 684, São Paulo - SP, resolvem celebrar o seguinte

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

I - A EAESP se compromete a:

- colocar-se disponível para assessoria e capacitação técnica em administração das organizações não governamentais filiadas à ABONG;
- oferecer apoio técnico às iniciativas de colaboração e projetos conjuntos;
- criar uma linha de ação voltada à formação de administradores de entidades sociais sem fins lucrativos;
- estimular a realização de pesquisas, de forma associada ou não, que visem

aprofundar o conhecimento das práticas das entidades sociais sem fins lucrativos, bem como estimular sua divulgação através de publicações e outros meios;

e) apresentar conjuntamente pedidos de financiamento a entidades públicas e privadas que permitam a realização das iniciativas conjuntas.

II - A ABONG se compromete a:

- facilitar o acesso às organizações não governamentais filiadas;
- oferecer subsídios para montagem de cursos voltados a administradores de entidades sociais sem fins lucrativos;
- participar ativamente das iniciativas conjuntas que a EAESP e a ABONG venham a desenvolver;
- sugerir e participar de projetos de investigação científica com o objetivo de produzir conhecimentos a respeito das entidades sociais sem fins lucrativos.

III - Este protocolo de cooperação poderá ser suspenso por qualquer das partes a qualquer tempo, mediante comunicação escrita à outra parte com antecedência mínima de trinta dias.

Jornal da ABONG é uma publicação bimestral da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

Endereço: Rua Dr. Renato Paes de Barros, 684, Itaim, São Paulo - SP. CEP: 04530-001. Tel: (011) 829-9102; Telefax: (011) 822-6604. E-mail: abong@ax.apc.org.

Diretoria Executiva da ABONG: Silvio Caccia Bava (presidente), Maria Emília Lisboa Pacheco (secretária), Sérgio Huddad (tesoureiro), Benno Asseburg, Mognólia Said, Maria Irony Bezerra, Sônia Correa, Vandevaldo Nogueira

Equipe do Jornal: José Tadeu Arantes (editor), Sérgio Gonzales (projeto gráfico), Lucia Silveira

da Motta (editoração eletrônica), Iume Taga Tamoto (secretária).

Impressão: Gráfica e Editora Peres Ltda. Tiragem: 3000 exemplares

É encorajada a reprodução total ou parcial dos artigos desta publicação, desde que citada a fonte.

O Governo FHC e as políticas sociais

FRANCISCO DE OLIVEIRA

Diz-se que pelo dedo se conhece o gigante. A nomeação do Conselho do Programa Comunidades Solidárias diz bem o que é o Governo Fernando Henrique Cardoso. A organização desse conselho, na verdade, busca concentrar o assistencialismo. Não que eu seja contra o assistencialismo. Uma das razões pelas quais apoio a Campanha da Cidadania contra a Fome desde o princípio é porque para mim há muita diferença entre morrer e não morrer. Acho que, em algumas situações, é preciso uma ação direta do Estado que supra carências provocadas pelo tipo de economia, pela inserção dos grupos e classes nesse processo. Então, de minha parte, não há nenhum purismo contra a assistência social. Acredito, parodiando o título do filme de Marilyn Monroe, que "quanto melhor, melhor".

Esse conselho tem várias finalidades. E a primeira delas é fazer uma política de tipo quercista - o que parece uma contradição em se tratando de tucanos. Mas, na verdade, seu objetivo número um é fincar o PSDB em cada município brasileiro, posto que o PSDB não tem base municipal alguma. Este é um dado que não deve escapar à nossa análise. O ponto para o qual eu queria chamar a chamar a atenção, porém, é a forma de constituição desse conselho. É a partir dele que a gente pode identificar o feitio do Governo. Se tal programa visasse um novo estilo de relação entre o governo e a sociedade, um novo estilo que captasse os avanços que a cidadania fez ao longo desta última década, a formação do conselho seria radicalmente diferente. Quem são os integrantes do conselho?

Eu disse a alguém muito próximo do Governo: mas vocês não estão chamando representantes da sociedade. E ele me respondeu: é precisamente isso que não se quer; não se quer representantes que falem



Max Beckmann, Kongress II, 1923

com a autoridade de suas organizações. Aí eu comentei: isso mostra que a via de vocês é liberal mesmo. No século 19, chamar alguém de liberal era um elogio; mas, e no século 20? Porque quem são o Renato Aragão, a Regina Duarte, o Gilberto Gil? São representantes da sociedade? Nesse caso, quem os nomeou? E acrescentei: vocês pescam, precisamente, a dupla condição; pescam indivíduos socialmente notórios; mas indivíduos notórios por força de um meio essencialmente desagregador das organizações da sociedade civil, que é a televisão. São três artistas de televisão: isso diz tudo a respeito do conselho.

Meu interlocutor argumentou, então, que não se tratava de escolher representantes, pessoas que trouxessem para o conselho as demandas dos diversos setores sociais, porque o problema da miséria era geral na

sociedade. Eu disse: olha, eu conheço esse discurso; já li muito esse discurso; isso é pré-Locke; é de um individualismo, de uma atomização anteriores a Locke. Eu teria feito exatamente o contrário, chamando representantes da sociedade civil organizada, porque é disso que se trata. A pancada foi forte e ele replicou: mas o que você me diz do D. Luciano Mendes de Almeida? Eu respondi: D. Luciano é uma contradição, porque ele é, evidentemente, um representante da Igreja. Vocês não são trouxas, mas não chamaram D. Luciano pelos belos olhos dele. Por que então não seguir o mesmo critério em relação aos outros integrantes do conselho? Por que não convidar representantes de outros setores organizados da sociedade? Não fazem o mesmo porque o projeto de vocês é neoliberal e populista.

Nada é à toa. A forma de constituição de um conselho como esse diz muito a respeito de qual é o projeto do governo Fernando Henrique Cardoso. E, aqui, é bom esclarecer desde logo que eu não faço nenhuma análise desengajada. Sou parcial, sim. Não estou fazendo teoria política abstrata. Estou frente ao caso concreto de um governo que tem diretrizes, e, perante o qual, eu também, como cidadão político, tenho opções e diretrizes. Não estou querendo vender uma imagem de imparcialidade. Estou contra. Por outro lado, procuro perceber alguns sintomas que ajudem no processo de reflexão. Não estou somente botando minha bile para fora.

Eu acho que o projeto desse governo é realmente ruim e me faz lembrar o título daquele filme "Arquitetura da destruição" (risos). Exagero à parte, é um projeto que combina uma diretriz muito fortemente neoliberal com uma tentativa populista de que esse conselho talvez seja o sintoma mais expressivo. Ele recorre à velha tradição do populismo de ir diretamente ao povo, essa entidade mítica, saltando as mediações que a própria sociedade construiu no seu processo de representação, no seu processo de luta contra a miséria, nos vários processos que constituem a riqueza desta formação, que, nos últimos dez anos, ganhou uma extraordinária densidade. Salta por cima das organizações da sociedade, reconhecendo, como única mediação, o fato de existirem municípios e estados. Estes o Governo não quer saltar, porque faz parte de sua estratégia ampliar o número de aliados. E também porque ninguém deixa você entrar no seu quintal impunemente. Evidentemente, há estados, como o Acre, onde o Governo Federal pode saltar diretamente dentro de um município. Mas, num estado como São Paulo, o Governo não tem capacidade para fazer isso. Então, atendendo ao realismo político, estados e municípios são preservados como mediadores nessa coisa. Fora isso, saltam-se todas as organizações da sociedade: entidades civis, movimentos populares organizados, sindicatos, enfim, todo o conjunto daquela sociedade civil que não é bem a sociedade civil hegeliana do mercado, mas é a sociedade civil gramsciana do antimercado.

A constituição desse conselho expressa, a meu modo de ver, a tentativa de se

combinar neoliberalismo com populismo, a tentativa de se construir bases populares para um projeto hegemônico duradouro. O Governo Fernando Henrique não é para ser menosprezado, não é para ser levado na galhofa, não é um Governo Collor. Está muitos pontos e muitos furos acima disso. É um governo que realmente formulou uma estratégia de hegemonia que estava ausente da capacidade das classes e grupos dominantes - ou das elites, se vocês preferem chamar assim. É a primeira vez, nos últimos 20 anos, que os grupos dominantes no Brasil recuperam a capacidade de iniciativa política. Nestas duas últimas décadas, assistiu-se à erosão da capacidade dos grupos dominantes no

"O projeto desse governo combina uma diretriz muito fortemente neoliberal com uma tentativa populista. Ele recorre à velha tradição do populismo de ir diretamente ao povo, saltando as mediações que a própria sociedade construiu no seu processo de representação."

Brasil terem um projeto hegemônico para o país. Desenha-se agora um projeto duradouro, para o qual falta, porém, uma base social mais consistente.

Para exagerar - como os mestres da caricatura, que eu gostaria de ter sido - esse projeto tem a ambição de um PRI mexicano. Não é a mesma coisa, bem entendido. Apesar de inimigo desse projeto, eu não faço simplificações. Mas ele tem a ambição de um PRI mexicano. Busca ter bases sociais que o tornem capaz de resistir a conjunturas desfavoráveis. Porque todo mundo sabe que o presidente Fernando Henrique foi eleito pelo real, com a ajuda da Rede Globo. Sua base social, uma base social consistente, duradoura, capaz de lhe conferir capacidade para o exercício da hegemonia e implementação dos projetos dessa hegemonia, essa base social não existe. Na verdade, de 30 anos pra cá, se a gente quiser tomar uma data, o voto popular tem

sido sistematicamente contra os grupos dominantes. E não se constrói um projeto hegemônico sem bases sociais consistentes.

A obtenção de um consenso pode percorrer várias vias, porém. No Brasil, ela se deu, primeiro, pela violência, com a implantação da ditadura, em 1964. Depois ganhou uma certa legitimidade. Lembremo-nos de Médici, da Copa do Mundo: havia, então, uma base social para a ditadura, sem dúvida nenhuma. Essa base social era bastante ampla. Incluía setores importantes de nós mesmos, das classes médias; incluía uma parte enorme do "povão". Mas não tinha consistência. Precisamente porque a ditadura não tratava de mobilizar; tratava de desmobilizar. Isso custou caro para a ditadura na hora que o movimento da sociedade mudou as regras do jogo.

A gente se lembra, quando ouve o José Serra falar, do Delfim Netto dos anos 70. Aquela certeza, aquela arrogância, a estética quase facista, que o Collor expressou admiravelmente bem com a frase "vencer ou vencer". Nada se aproxima mais da estética fascista do que esse gozo da implacabilidade, essa indiferença frente às demandas populares. É um orgasmo. E ninguém se parece mais com o Delfim daqueles anos do que o Serra de hoje. Diz "precisamos cortar um bilhão de recursos", com a mesma desconsideração por quem vai ser atingido, a mesma arrogância, o mesmo controle dos números que o Delfim. E quem ousava dizer, na época, que o Delfim estava equivocado? O DIEESE fez isso em 1973, provando que o índice do custo de vida era uma fraude. Fez porque tinha uma pesquisa sistemática, que falava a mesma linguagem. Pôde, então, mostrar que o rei estava nu.

Mas, voltando à construção da hegemonia, uma outra forma de obtê-la é a do PRI. Há uma revolução, que sacode todas as estruturas da sociedade, e, a partir do consenso obtido por esse meio, estrutura-se uma ditadura, que é bem o nome que o regime mexicano merece. Outros processos são mais complexos, mais democráticos até. É possível também alcançar a hegemonia através de processos democráticos, como uma larga predominância da social democracia mostrou em mais da metade do mundo desenvolvido. Portanto, eu não quero

simplificar, apesar de gostar muito da caricatura.

O projeto do Governo Fernando Henrique é muito complicado, porque, evidentemente, não se trata de uma tentativa de obter o consenso pela repressão. Também não é um projeto que tenta a hegemonia através de uma revolução no sistema político, social e econômico. Ele se situa na faixa estreita de uma tentativa de hegemonia que pode ser feita de forma democrática, beirando o consenso de amplas camadas da população. E, aí, a forma democrática se desdobra em subformas, das quais podemos destacar duas. Uma é aquela que busca levar o processo adiante através da formação de um consenso com os setores organizados da sociedade, que é bem a tradição social-democrata, social-democrata hard, não essa social-democracia light, que de social-democracia só tem o nome. A outra forma democrática de construção da hegemonia, que não passa pela repressão nem pela revolução, mas se vale apenas do voto, é aquela que, ao invés de buscar a sociedade civil organizada, busca o oposto. Essa foi a forma populista e é, mais ou menos, a forma pela qual a hegemonia do neoliberalismo se exerce hoje nas sociedades desenvolvidas. É desprezando ou trabalhando contra ou tentando destruir organizações da sociedade que o projeto de hegemonia tenta se implantar.

A maior perversidade é que esse projeto tenta capturar a sociedade civil não a partir de seus interesses, mas a partir de suas carências. Há, sim, um reconhecimento da situação material, mas que caminha no sentido oposto ao da constituição de direitos. Não é à toa que o núcleo das propostas do Governo ataca os direitos civis, sociais, trabalhistas e até políticos. O núcleo das propostas do Governo ataca, precisamente, os direitos da cidadania. São formas democráticas, não há dúvida nenhuma, mas que trabalham contra as organizações que a própria sociedade civil construiu, procurando capturá-la mediante processos meramente eleitorais, e buscando essa captura através da noção de carências e não da noção de direitos.

Trata-se de um projeto hegemônico, com força, que busca, para sua durabilidade, soltar uma âncora firme no meio popular. Pois, no meio da burguesia, sua âncora já está mais do que firme. Não estou dizendo

que não existam contradições. Existem - e muitas. Basta lembrar que, às vésperas da implantação da nova moeda, todos os empresários deram aquele salto nos preços - salto que hoje a gente esquece, porque se respira estabilidade. Há

organizações não governamentais. E está menos sujeita não porque seja melhor, mas porque opera num campo onde, para dizer de uma vez e em bom português, o projeto neoliberal já ganhou muita adesão. Refiro-me ao campo da intelectualidade.



Max Bakunam: Edições II, 1993 (distribuído)

contradições, sim. Mas, sem dúvida nenhuma, existe uma âncora firme no lado da grande burguesia. Esse projeto hegemônico tomou o discurso da grande burguesia, reelaborou-o e o expressa nas principais medidas do governo. O que lhe falta é uma âncora popular, uma âncora que lhe permita não ficar ao sabor da ventania conjuntural. Para mim, o Conselho das Comunidades Solidárias representa exatamente essa tentativa de deitar âncora no meio popular.

Isso coloca, para nós, um desafio como não enfrentamos nos últimos 20 anos. É precisamente nesse terreno que o combate é sério. O que fazer? Essa é uma pergunta para a qual eu não tenho resposta. Tento fazer o melhor que posso, elevar o tom da indignação, mas isso só não basta. Talvez seja preciso reinventar o nosso modo de trabalhar: o como, o por onde, o quando. A própria entidade à qual eu pertença - o Cebrap - se parece cada vez menos com uma organização da sociedade civil. Já foi. Mas, hoje, se parece cada vez menos. Tentamos manter uma voz plural, uma capacidade de discutir projetos alternativos, mas, sem dúvida nenhuma, eu acho que ela está menos sujeita a chuvas e vendavais do que outras

A eleição do Fernando Henrique legitimou a direitização de parte da intelectualidade brasileira. Se o príncipe dos sociólogos pode, hoje, ter teses neoliberais, isso suprime a o pesado fardo que algumas pessoas carregavam de parecer de esquerda a vida toda (risos). É verdade. Tem muita gente que se aliviou daquele peso enorme que era carregar o fato de ter começado a vida como militante de esquerda. A aura intelectual do Fernando Henrique legitimou isso. Sua eleição soou como uma mensagem do tipo "não se preocupem mais, a gente pode ser de direita agora, isso não é mais estigmatizante". Já no campo das organizações que lidam propriamente com a voz do social, a voz da sociedade organizada, a batalha é mais feroz. Trata-se de um campo mais largo, onde, felizmente, existem mais opções, mais atores. Mas, nem por isso, o desafio é menor.

Francisco de Oliveira é sociólogo, professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo e presidente do CEBRAP. O texto acima é um resumo de palestra que proferiu no dia 3 de março último, na sede da ABONG, em São Paulo.

Sem espaço para a sociedade organizada

SILVIO CACCIA BAVA

Muitos de nós nos perguntamos hoje sobre o significado social e político que poderá vir a ter o programa "Comunidade Solidária", anunciado pelo Governo Federal.

O próprio lançamento do programa é um reconhecimento da importância que hoje a sociedade civil atribui à questão da pobreza e, mais recentemente, à questão da exclusão social. O Governo se sentiu na necessidade de dar uma resposta às vigorosas manifestações da sociedade, que se mobilizou para trazer para o centro da agenda política brasileira o problema da miséria de grande parte do povo e da dualização de nossa sociedade, da apartação social. O movimento nacional da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida é a expressão mais forte da indignação dos cidadãos contra este estado de coisas e da nossa solidariedade aos brasileiros em necessidade.

Nossa sociedade é rica em iniciativas populares que, cada vez mais, vão produzindo as condições da democracia. E essa energia, aparentemente, o Governo pretende cooptar ao chamar a sociedade civil a participar do programa "Comunidade Solidária". Como não podemos entrar "no escuro", numa proposta como essa, nem criticá-la de maneira simplista dizendo que não deve ser boa porque vem deste governo, precisamos tentar situar o contexto em que ela é apresentada, seus objetivos, suas implicações sociais e políticas. Fazer esta avaliação é também uma forma de nos educarmos a realizar melhores diagnósticos que orientem nossa ação.

O Governo Federal assumiu compromissos com o FMI e o Banco Mundial de reduzir os gastos públicos, entre outras coisas. Esta redução se faz por duas vertentes: a da privatização das estatais e a do corte no orçamento público.

Esses compromissos não são de hoje. Não podemos esquecer que este Governo é uma continuação dos anteriores. E o corte no orçamento tem sido feito principalmente nos gastos sociais. De 1989 até hoje, foram reduzidas à metade as verbas de educação e saúde. E a tendência expressa pelo Governo Fernando Henrique é de reduzi-las ainda mais. Milhões de brasileiros não terão acesso à escola e ao tratamento de saúde, apenas para ficarmos nestas duas áreas das políticas públicas. E muitos milhões passam fome. As últimas pesquisas falam em 42 milhões de brasileiros permanentemente com fome.

Politicamente, o Governo não poderia ficar alheio a esses problemas. Além da importância que a sociedade dá aos temas sociais, a mão estendida do PSDB apontava cinco prioridades durante a campanha eleitoral, todas ligadas à questão da qualidade de vida. E se na lógica do FMI, que este governo adota, é inevitável o corte nos orçamentos das políticas sociais universais, isto é, nos direitos de todos cidadãos, impunha-se criar uma iniciativa que politicamente respondesse a seus compromissos de campanha e à pressão social. E surge o programa "Comunidade Solidária".

Inicialmente este programa foi pensado sob a inspiração do Programa Nacional de Solidariedade mexicano. Lá, o governo do PRI - partido conservador há mais de 50 anos no poder - conseguiu um impressionante sucesso ao desenvolver um programa de financiamento direto aos grupos de base da sociedade que se organizaram para solicitar recursos. Em pouco mais que 3 anos havia 150.000 Comunidade Solidária organizadas. Foram liberados recursos da ordem de 1% do PIB ao ano, principalmente para reformas de escolas, ligações à rede

elétrica, extensão de serviços de água e esgoto.

O próprio Fernando Henrique anunciou a disposição do governo em buscar a participação popular e a parceria com as ONGs. No horizonte, como referência, estava a experiência do México. No entanto, antes mesmo de dar início ao programa, o Governo sentiu as pressões mais à direita e foi concedendo, descaracterizando sua proposta inicial. Hoje, já se pode dizer, pelas indicações que temos, que o programa "Comunidade Solidária" deu adeus às mobilizações, à participação popular, às propostas de parceria. Fica então reduzido, na prática, a um programa emergencial de governo, que consiste na distribuição de alimentos à população carente.

Não somos contra, absolutamente, que o Governo distribua mantimentos à população carente. É uma iniciativa necessária e que merece o nosso apoio. Mas não é só disso que se trata. Combater a pobreza, a fome, a doença, requer iniciativas principalmente nas áreas que dizem respeito às políticas de emprego e salário e às políticas de saneamento básico, saúde e educação. E ainda estamos por ver quais as propostas do Governo nestas áreas.

O que se tem de informação até o momento - afora a composição do próprio Conselho, na qual foram desconsideradas as representações dos setores organizados da sociedade civil, e o esvaziamento de seu caráter deliberativo - é um programa não mais de parceria, mas um programa de governo centrado no atendimento emergencial às 50 cidades mais pobres e que se localizam em bolsões de pobreza. Concretamente, fala-se em distribuição de alimentos. As outras possíveis dimensões do programa são apenas especulações, sem nada de

concreto até o momento. Aliás, o programa Comunidade Solidária vem reduzindo suas pretensões a cada dia. Primeiro falou-se em atender os 500 municípios mais pobres, depois este número baixou para 100 e hoje se reduz a 50. É uma experiência piloto.

Nos últimos dias, tem sido veiculado pelos jornais um plano de, em quatro anos, reduzir pela metade os números da mortalidade infantil no país, a partir de ações na área de saúde. Também foi anunciada a idéia da criação de um banco popular para financiamento de microempresas e aquisição de instrumentos de trabalho. Mas, só o programa de saúde prevê gastos que consumiriam toda a verba destinada às "Comunidade Solidária". Essas propostas, portanto, não ultrapassaram ainda o estágio dos balões de ensaio.

Porém, não devemos menosprezar a importância do programa "Comunidade Solidária", nem a forma como ele será tratado pelo Governo. São quase 3 bilhões de reais à disposição deste programa este ano. As informações que vários conselheiros têm nos passado dizem que o Governo Federal propõe a organização de conselhos estaduais e municipais, coordenados pelos governadores e prefeitos. Quem convoca a participação de representantes da sociedade civil são essas autoridades. Estão dadas as condições para uma política de clientelismo, que pode servir para arregimentar sustentação política popular para o Governo, a partir da distribuição de alimentos aos grupos de base da sociedade que se organizarem para reivindicar.

Um outro risco bastante presente é o da produção da ilusão de que o Governo está empenhado no combate à pobreza e à exclusão social. Enquanto corta as verbas das políticas públicas de serviços

essenciais à população, a televisão passa a dar destaque às iniciativas localizadas do programa "Comunidade Solidária" e cria a miragem de um governo comprometido com a questão social.

O mais grave é que este programa, embora não o diga, combate a organização



Alan Emc. Fernm. 1979

popular, não reconhece como interlocutores legítimos os sindicatos, os movimentos populares, as organizações da sociedade civil que lutam pela democratização do país, pela afirmação de direitos de cidadania. Como ele faz isso? Desconhecendo a existência destes movimentos, destas entidades, destas associações, e tentando se relacionar diretamente com a base desorganizada da sociedade. Ou alguém acredita que os prefeitos e governadores convocarão aqueles que exercem pressão sobre seus governos? Fernando Henrique, nos seus últimos pronunciamentos, tem identificado seus opositores como a "vanguarda do atraso", como os perdedores inconformados das últimas eleições.

E o que nos cabe fazer nesta situação? Mobilizar a sociedade para controlar o

Estado e orientar a aplicação desses recursos para políticas consequentes de combate à pobreza.

Várias propostas têm surgido das discussões que buscam avaliar o Governo Fernando Henrique e suas iniciativas. As mais importantes são:

- * avaliar a ação do Governo a partir do conjunto de suas políticas sociais e não apenas do programa "Comunidade Solidária";

- * pressionar o Governo para que os conselhos nacional, estaduais e municipais do programa "Comunidade Solidária" tenham caráter deliberativo e se abram à representação dos setores organizados da sociedade civil;

- * convocar os setores populares organizados e a população dos municípios vizinhos aos escolhidos dentro de bolsões de pobreza para reivindicarem também seu atendimento;

- * propor mudanças no programa "Comunidade Solidária" que permitam enfrentar os problemas de emprego e salário, saneamento básico, abastecimento, saúde, educação, a partir de projetos de desenvolvimento local e regional com participação popular;

- * criar um Fórum Nacional da sociedade civil com o propósito de monitorar de maneira permanente o programa "Comunidade Solidária".

Silvio Caccia Bava é sociólogo, membro do Instituto Pólis e presidente da ABONG.

Seminário Estadual

Tendo em vista os objetivos apresentados neste artigo, várias entidades se dispuseram a organizar um Seminário Estadual de avaliação do programa "Comunidade Solidária", que se realizará dia 3 de junho, na Câmara Municipal de São Paulo, por iniciativa da CUT, da Central de Movimentos Populares, da Ação da Cidadania, do Movimento dos Sem Terra e da ABONG. Esperamos, a partir desse seminário, projetar esta discussão a nível nacional.

Uma agenda que faz gênero

SONIA CORRÊA

Neste final de década, a cidadania nativa brasileira tem diante de si múltiplos desafios. Estaremos envolvidas e envolvidos no monitoramento ou talvez mesmo na implementação da agenda de políticas públicas que construímos ao longo das duas últimas décadas. Estas tarefas porém não devem restringir ou inibir a criatividade e a ousadia que nos trouxeram até aqui, pois só elas asseguraram a continuidade dos processos de transformação democrática. Vale dizer ainda que estes desafios têm uma

dimensão nacional e outra intencional.

A trajetória do feminismo brasileiro ilustra a magnitude do que temos pela frente. Na atual agenda das políticas públicas nacionais pelo menos três questões prioritárias foram gestadas pelos movimentos de mulheres: um programa eletivo e integral de saúde reprodutiva, a erradicação da violência de gênero e a promoção da igualdade em termos de acesso ao salário e à propriedade da terra. Esta agenda permanece incompleta. Sua implementação vai exigir, nos próximos anos, determinação e profissionalismo por parte das organizações de mulheres. Requer, principalmente, estratégias políticas claras que tenham incidência sobre o núcleo duro das políticas, que é, exatamente, a disputa pelos fundos públicos. É urgente ir além do desenho programático e enfrentar o campo árido do debate sobre o orçamento e os financiamentos internacionais.

Entretanto isso não será suficiente, pois temos também diante de nós novos desafios de natureza conceitual, entre eles uma maior elaboração quanto à articulação entre sistemas de gênero e desenvolvimento macroeconômico. Ao longo das duas últimas décadas, produzimos um salto de qualidade no que diz respeito a análises e propostas no

terreno da reprodução biológica e social, de que a política de saúde reprodutiva formulada pelo movimento de mulheres é o exemplo mais significativo. Porém ainda não amadurecemos pesquisas e análises que permitam desafiar teorias econômicas dominantes, que submetem a esfera da reprodução ao primado da lógica produtiva.

Uma agenda estrutural para este fim de século seria, portanto, definir estratégias teóricas e práticas no sentido de fazer com que as mensurações do produto interno bruto brasileiro passem a contabilizar, por exemplo, o trabalho não pago das mulheres, ou quem sabe outros aspectos ainda menos discutidos, como é o caso dos "custos de gênero" embutidos no crescimento econômico resultante do turismo sexual, que se incrementa em várias regiões do país. Ou seja, é tempo de enfrentar os economistas com a mesma energia e competência que aplicamos, ao longo da década de 80, nos embates

políticos com os defensores do controle da natalidade.

Significativamente estes desafios têm correspondência com a agenda que vem se firmando no plano internacional a partir das conferências da década de 90: Direitos Humanos (Viena, 1993), População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), Cúpula de Desenvolvimento Social (Copenhague, 1995) e a Quarta Conferência sobre a Mulher, Desenvolvimento e Paz, que se realizará em Beijing, no mês de setembro deste ano. A erradicação da violência de gênero coincide com as definições de Viena que, pela primeira vez, reconhecem a violência doméstica e o estupro como abusos dos direitos humanos fundamentais. O Plano de Ação aprovado no Cairo, ao reconstruir o debate internacional sobre população a partir de um ótica que privilegia os direitos humanos fundamentais, neles incluídos os direitos reprodutivos, e programas amplos de saúde reprodutiva, retoma, legítima e amplifica a agenda feminista brasileira dos anos 80. A Cúpula de Desenvolvimento Social reitera as noções de igualdade, equidade de gênero e empowerment das mulheres, tal como delineadas por Viena e pelo Cairo e, pela primeira vez numa conferência não específica, recomenda explicitamente a mensuração estatística do trabalho não pago nas contas satélites do PIB.

Essa agenda deveria confluir e adquirir densidade no processo de preparação para



Oskar Katuschka, Esboço, sem data

Beijing, pois a Quarta Conferência tem o sentido de avaliar duas décadas de debate sobre a "questão da mulher", estabelecendo novas bases para a relação entre homens e mulheres nas esferas privada e pública. Lamentavelmente, não é isso que vem ocorrendo. Os movimentos de mulheres, em todos os países e regiões, têm realizado esforços extremamente positivos e efetivos de mobilização para a conferência, mas, no plano da ONU, o quadro é, neste momento, muito inquietante.

O documento global para Beijing - que foi debatido durante o mês de março no III PREPCOM em Nova York - carecia de um foco de gênero transversal e de definições mais precisas em termos de implementação, recursos, acompanhamento e accountability. No campo das negociações, o cenário é ainda mais preocupante, pois as forças que resistem historicamente à igualdade e aos direitos humanos das mulheres - em particular à noção de direitos reprodutivos - operaram de maneira articulada ao longo do processo de Copenhague e obtiveram um impacto efetivo nos debates do último PREPCOM. Os colchetes - que num documento da ONU significam ausência de consenso - proliferam no texto final. Eles afetam 50% do capítulo sobre saúde - que retoma definições do Cairo. Entre outros absurdos, estão entre colchetes os termos "UNIFEM" (nome do programa das Nações Unidas para a mulher) e "universal" (da Declaração Universal dos Direitos Humanos). O uso do termo "gênero" continua condicionado a aceitação de uma definição que seja acordada por todos os signatários. Finalmente, no início de abril, o governo chinês informou ao Comitê Facilitador das ONGs que o Fórum Não Governamental havia sido deslocado para um local a mais de 50 quilômetros de Beijing e onde só há espaço para 1700 pessoas.

Este cenário nos diz que devemos tomar a agenda de Beijing em nossas mãos de maneira a conter os retrocessos que se anunciam. Isto é, a meu ver, tão importante, neste momento, quanto assumir os múltiplos desafios que se manifestam no contexto nacional.

Sonia Côrrea é arquiteta com especialização em antropologia, cordenadora da área de pesquisa do IBASE e membro da Diretoria Executiva da ABONG.

Poder informar é querer informar

EDUARDO HOMEM

Lembro-me tão bem... Éramos mais de cem naquela tarde de agosto. Fazia sol e um tanto de frio no Alto da Boa Vista. Tempo e lugar apropriados para o sonho.

Moura, então no Inesc, e eu contemplávamos a reunião e elocubrávamos sobre o poder que dela emanava: "já pensou se todos e todas aqui assinassem um pedido de concessão de um canal de televisão? Conseguiríamos, com certeza, o apoio de pelo menos cem

Não só as ONGs, também os sindicatos, as associações diversas da sociedade civil temos descuidado monumentalmente do dever de fazer uma comunicação democrática, de informar o público e, até mesmo, de nos informarmos a nós mesmos. E, pior, temos relevado nossa debilidade para enfatizar as dificuldades e impedimentos. Que são reais, que são legais, mas que são também imaginários e fantasmagóricos.

Em 1995, no Brasil, estará sendo regulamentada a comunicação do futuro. A interligação dos sistemas de informática com os satélites e o cabo de fibra ótica tornam quase irrelevante uma luta que já perdemos: a transmissão de informação via antena. Mas é preciso lembrar e ter dor de cabeça com o fato de que entre milhares de rádios AM e FM e televisões VHF e UHF que saciam (?) nosso desejo de informação, não há uma só de caráter verdadeiramente público, aberta ao público, sem amarras políticas, ideológicas, religiosas, corporativas.

Minha prioridade, talvez pessoal, em 95, é expandir o sonho, irrealizado, do dia da fundação da ABONG. Juntar conhecimentos e forças com gentes, entidades, movimentos, para disputar os canais da multi-mídia, entrar no cabo e sair para o satélite de forma não marginal, não dependente da empresa ou do Estado, não apenas como alternativa ao que hoje é dominante.

A ação mais pública de que participou essa geração de entidades e pessoas que formam a ABONG é a Ação da Cidadania conta a Fome, a Miséria e Pela Vida. Ela nos ensinou muitas lições, nos reafirmou outras tantas. Uma delas diz da informação como prioridade na luta pela cidadania. Banal, quem diria?

"Não só as ONGs, também os sindicatos, as associações diversas da sociedade civil temos descuidado do dever de fazer uma comunicação democrática"

parlamentares e de mais cem personalidades da vida pública brasileira. Seria um grande e belo alarido e qual governante deixaria escapar a chance de contemplar nosso desejo? Até mesmo por acreditar que seríamos incapazes de transformá-lo em fato."

Estava sendo fundada a ABONG.

Já lá se vão três anos e meio, mas desde muito antes, caso nos fosse perguntado qual o grau de prioridade em que consideramos o direito à informação, diríamos em uníssono: grau máximo.

Trabalho em e com ONGs desde 1980 e durante todo esse tempo tenho visto essa prioridade ser deixada de lado. Não quero falar de fracasso, porque só o seria se tivéssemos tentado. O sentimento é de frustração.

Eduardo Homem é jornalista e diretor do Centro de Cultura Luiz Freire

Uma entrevista com Amélia Cohn

De 3 a 12 de março últimos, cerca de 2 mil ONGs e 122 chefes de Estado ou de Governo estiveram reunidos em Copenhague, Dinamarca, na Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, promovida pela ONU, que teve como fio condutor de seus debates o atual quadro de pobreza no mundo. O relatório brasileiro, com um retrato sem maquiagem da grave situação social do país, foi dos mais elogiados do encontro. A sinceridade com que tratou o tema fez até surgir o comentário de que parecia mais um documento da oposição do que do Governo. Na verdade, seu conteúdo resultou de um amplo processo de debates, envolvendo representantes de diversos setores da sociedade civil, iniciado ainda na gestão Itamar Franco. A relatora geral do documento e principal responsável por seu perfil foi a socióloga Amélia Cohn, professora da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e presidente do CEDEC - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. Nesta entrevista, ela fala da Cúpula de Copenhague, e, na página ao lado, faz uma apresentação e destaca as principais conclusões do relatório brasileiro.

Jornal da ABONG - Que políticas definidas de superação da pobreza resultaram da Cúpula de Copenhague?

Amélia Cohn - Acho difícil identificar essas políticas. Foram debatidas, sim, certas medidas econômicas, como cobrar uma taxa sobre as operações financeiras internacionais. Mas a Cúpula não se propôs definir políticas gerais de combate à pobreza.

J.A. - Diante da impossibilidade de definir políticas gerais, podemos dizer que a ênfase sobre políticas localizadas foi a orientação dominante na Conferência?

A.C. - Foi - eu diria - o espírito que circundou a discussão. É verdade que a Cúpula teve como pauta três temas gerais: grupos vulneráveis, mercado de trabalho e emprego e pobreza propriamente dita. Agora todo o espírito da Conferência foi muito mais o de debater políticas focalizadas de combate à pobreza do que o de discutir desenvolvimento sustentado, ajuste estrutural, globalização etc. O único item da área social que foi enfatizado, que ganhou destaque, foi educação - e saúde ligada à educação.

J.A. - Como você interpreta essa opção pelo debate de políticas focalizadas?

A.C. - Isso ocorreu - eu acho - porque, ao contrário da Eco 92, da Conferência do Cairo sobre população, do que pretende ser a Conferência de Beijing sobre a mulher, o tema do desenvolvimento social é muito abrangente. A própria definição de pobreza é ampla demais. Significa carência. Mas que tipo de carência? Carência de tudo? Carência relativa? Então era muito difícil construir-se a partir desse tema um pacto mundial. Já antes da Conferência, eu era cética quanto à

possibilidade de se sair da Cúpula com um compromisso efetivo de superação da pobreza. Acho que o grande mérito desta conferência, apesar da baixa mobilização governamental, inclusive brasileira, foi exatamente o fato de se definir alguns princípios bastante amplos e, ao mesmo tempo, sensibilizar o público para a problemática da pobreza e do desenvolvimento social.

J.A. - Como foi a participação latino-americana no encontro?

A.C. - Estavam ausentes todos os chefes de Estado dos principais países da América Latina, exceto o Chile. Os próprios trabalhadores se mobilizaram muito pouco. No entanto, a América Latina está numa situação em que a política de estabilização monetária é incompatível com uma política de desenvolvimento social. Mesmo as medidas destinadas a minorar os efeitos desastrosos da estabilização no campo social acabam reproduzindo a desigualdade existente na sociedade. No caso brasileiro - e o relatório mostra isso - essas políticas sociais acabam atingindo os menos pobres entre os pobres.

J.A. - Podemos esperar que os debates travados na Conferência resultem em alguma mudança real nas políticas governamentais relativas à pobreza?

A.C. - Eu acho que não. Pode haver sim um efeito indireto, um subproduto desses debates: a maior mobilização da própria sociedade sobre a temática do desenvolvimento social. Agora, acho que essa questão virá necessariamente atrelada a temas específicos: violação de direitos humanos, mulheres, crianças etc. Por si só, o tema do desenvolvimento social é amplo demais para conseguir mobilizar a sociedade e se traduzir em ações concretas.

O saldo da Cúpula

"Pela primeira vez, no âmbito da Assembléia Geral da ONU, foram trazidos à tona temas que revelam os impasses e limites do modelo neoliberal" - a avaliação, relativa à Cúpula de Copenhague, é do historiador Átila Roque, assessor de políticas institucionais do IBASE e um dos membros do grupo formado pela ABONG para acompanhar a Cúpula de Desenvolvimento Social. Ele acredita que, independentemente dos acordos e compromissos assumidos, só o fato da temática social ter-se recolocado na agenda internacional já é um ganho e vale a pena ser destacado. "Retoma-se a discussão da finalidade última do desenvolvimento, de quais os destinatários dos frutos da atividade econômica", enfatiza. Outro ponto positivo destacado por Átila foi o crescimento, na

Cúpula, de uma posição favorável à maior coordenação entre a ONU e entidades como o FMI e o Banco Mundial. Essas instituições internacionais constituíram-se num poder em si, claramente vinculado a uma orientação política e econômica precisa - o neoliberalismo - e fora de qualquer controle por parte de organismos mais pluralistas e democráticos, como a Assembléia Geral da ONU. A reivindicação expressa em Copenhague, no sentido de maior coordenação entre os organismos, pode significar o início de um questionamento da hegemonia neoliberal.

Copenhague foi magro em termos de definições concretas. A sugestão de cancelamento da dívida externa dos países pobres como forma de combate à pobreza foi aprovada apenas como proposta indicativa - e assim mesmo circunscrita aos países mais pobres da África. Reafirmou-se a meta de se elevar para 0,7% de seus respectivos PIBs o

montante das verbas que os países ricos devem destinar à cooperação internacional. Os Estados Unidos conseguiram impedir, porém, que fosse fixado qualquer prazo para a efetivação dessa medida. Com relação a uma das questões mais debatidas na Cúpula, a chamada "20 - 20", a posição final foi que devem ser destinados a objetivos sociais 20% dos empréstimos e financiamentos fornecidos pelos países ricos aos pobres, bem como 20% dos orçamentos domésticos destes últimos. Isso fica condicionado, porém, a um acordo entre as partes envolvidas.

"Devemos entender as limitações de um organismo como a ONU", explica Átila. "Ela não tem condições de impor suas decisões aos países membros. O que se pode esperar de uma reunião como a de Copenhague é a geração de certos influxos políticos que favoreçam, em cada país, os movimentos da sociedade civil organizada".

O relatório brasileiro

AMÉLIA COHN

O Brasil apresentou-se à Cúpula para o Desenvolvimento Social com um documento que retrata seu rosto sem disfarces. Para tanto, não resta dúvida ter sido fundamental o processo que lhe deu origem: uma sucessão de debates que contou com ampla participação dos distintos segmentos sociais interessados e comprometidos com a questão do desenvolvimento social.

Estruturam o documento dois eixos principais: de um lado, a preocupação em apresentar as profundas disparidades sociais que marcam nossa realidade; de outro, a magnitude dos problemas sociais que o país terá de enfrentar no alívio e superação da pobreza.

E aqui destaca-se um aspecto importante: no item II, o documento discute a questão do desenvolvimento social e equidade, alertando para três pontos fundamentais. O primeiro deles diz respeito ao fato de que tratar do tema do desenvolvimento social implica o enfrentamento das iniquidades sociais de toda ordem que marcam nossa sociedade, sem restringi-las à dimensão única da pobreza. O segundo refere-se à necessidade de se pensar articuladamente as dimensões econômicas e sociais do processo de desenvolvimento, buscando-se uma nova articulação entre políticas econômicas e sociais que visem uma efetiva redistribuição de renda, constituindo-se assim um novo modelo de desenvolvimento capaz de promover maior justiça social.

O terceiro finalmente diz respeito ao fato de que, no caso específico das políticas sociais, de acordo com a perspectiva de superação da pobreza, isso implicaria em não mais escondê-las e formulá-las a partir do marco da oposição básica entre universalização e focalização (o que teria como base definidora a necessidade), mas sim a partir da lógica do direito. Distingue-se, assim, o desenvolvimento social em termos de alívio da pobreza (políticas sociais de caráter mais emergencial, focalizadas sobre os grupos mais vulneráveis) e de superação da pobreza (políticas norteadas pela construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentado, voltadas para o crescimento econômico com equidade social, onde as políticas econômicas assumam também a dimensão de políticas sociais).

Caracterização geral da realidade brasileira

Um país de características continentais, com uma população de 156.300.000 pessoas (1992), apresenta uma distribuição

populacional pelo território altamente diferenciada, o que se reflete na densidade demográfica regional bastante díspare: enquanto na região norte ela é de 2,39 habitantes por km², na região sudeste ela é de 73,61 habitantes por km². Por outro lado, segundo dados estimados para o ano de 1992, enquanto a região sudeste contribui com 56,18% do PIB, a região norte contribui com 5,53%.

O perfil etário da população evidencia uma tendência ao envelhecimento, mas ainda é uma população extremamente jovem: 34,7% dos brasileiros têm até 14 anos de idade (70 milhões de pessoas) e 4,9% têm 65 ou mais anos de idade (mais de 10 milhões de pessoas). A esperança de vida média do brasileiro é 65,49 anos, sendo que, enquanto no nordeste, ela é de 64,22 anos, na região sul ela é de 68,68 anos. Como existe clara relação entre esperança de vida ao nascer e nível de renda, associando-se rendimento mensal e distribuição regional, tem-se que, para o grupo mais pobre da região nordeste, ela é de 51,5 anos, enquanto, para o grupo mais rico da região sudeste, ela é de 75 anos, apresentando um diferencial de 23,5 anos.

Essas disparidades repetem-se no caso da mortalidade infantil, do acesso a serviços de saneamento básico, do perfil epidemiológico das causas de mortalidade, da distribuição de equipamentos de saúde, do analfabetismo, dentre outros. Cabe ressaltar, aqui, que 16,9% das crianças entre 10 e 14 anos, que deveriam estar na escola, já trabalham.

Quanto à distribuição de renda, enquanto na década de 60 a renda apropriada pelos 10% mais ricos da população era 34 vezes superior àquela apropriada pelos 10% mais pobres, em 1990 essa proporção se eleva para 78 vezes.

A pobreza no Brasil

Pesquisas sobre pobreza e desigualdade no Brasil, a partir de dados relativos a 1990, estimam em torno de 27% a população de pobres no país (cerca de 39 milhões de brasileiros) e em torno de 12% a população de indigentes (16,6 milhões de pessoas).

Esses números têm um forte componente regional (atingem proporções mais elevadas na regiões norte e sobretudo nordeste), com incidência mais elevada no meio rural, embora na regiões mais urbanizadas do país a pobreza passe a ser um fenômeno preponderantemente metropolitano, enquanto a indigência demonstra ser um fenômeno preponderantemente urbano - metropolitano.

De qualquer forma, os números absolutos são expressivos, e uma política de desenvolvimento social no país implica retirar da situação de pobreza e indigência contingentes da ordem de 42 milhões e 16 milhões de pessoas, respectivamente. Além do mais, estudos sobre eficácia das políticas sociais mostram que estas tendem a atingir mais os menos pobres do que os mais pobres.

Emprego e mercado de trabalho

O mercado de trabalho brasileiro caracteriza-se por uma baixa taxa de desemprego aberto (5,3% em 1990); por um elevado grau de informalidade das relações de trabalho, com tendência a aumentar nos anos mais recentes; por uma alta taxa de rotatividade da mão de obra, sobretudo para os trabalhadores menos qualificados, tendendo a aumentar a duração média do desemprego ao longo da década; pela deterioração da qualidade do emprego.

Quanto à remuneração do trabalho, note-se que, ao longo da década de 80, o salário real médio sofreu uma redução de 14%, e que dados relativos às seis principais metrópoles brasileiras registram, entre 1989 e 1992, uma queda do salário real médio superior a 40%. Isso indica que a contrapartida da grande quantidade de empregos gerada nesse período foi a marginalidade dos mesmos.

Por outro lado, é necessário que se registre que, para além das disparidades de níveis de remuneração por gênero (enquanto 61% das mulheres ocupadas percebem até 2 salários mínimos, no caso dos homens o percentual é de 49%; e enquanto apenas 3% das mulheres percebem mais de 10 salários mínimos, esse percentual chega a 7% no caso dos homens), entre os meios urbano e rural e por cor, no decorrer da década de 80 foram os trabalhadores dos segmentos informais do mercado de trabalho que revelaram maior capacidade de defesa de seus rendimentos reais do que os trabalhadores do setor formal: enquanto neste caso a perda foi de 19 pontos, os trabalhadores do setor formal apresentaram um ganho de 10 pontos.

Esses dados indicam (sobretudo os últimos) não só que a magnitude da questão da pobreza no país demanda políticas de fôlego e de curto, médio e longo prazos, como também que se torna urgente reverter a lógica que vem prevalecendo, segundo a qual garantias trabalhistas e políticas sociais não representam a defesa dos direitos do cidadão brasileiro, mas, ao contrário, na sua efetividade tendem a reproduzir as desigualdades sociais.

Amélia Cohn, relatora geral do documento apresentado pelo Brasil na Cúpula de Copenhague, é presidente do CEDEC e docente da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Geledés: a força da mulher negra

Na língua iorubá, a palavra Geledés designa certas confrarias de mulheres - congregações religiosas secretas, associadas ao culto de poderosas divindades femininas e dirigidas por sacerdotizas, nas quais a participação dos homens era admitida, mas nunca em cargos de direção. Há registros da sobrevivência dessas formas ancestrais de organização entre os negros do Brasil ainda no início do século. Num novo contexto histórico, de ações públicas em defesa dos direitos dos negros e das mulheres, a palavra Geledés foi resgatada por um grupo de militantes negras, com longa trajetória de luta contra o racismo e o sexismo existentes na sociedade brasileira. No dia 30 de abril de 1988, era fundado, na cidade de São Paulo, o Geledés - Instituto da Mulher Negra. "Ele surgiu da constatação de que nós, mulheres negras, temos uma temática específica, que não estava sendo contemplada, na época, nem pelo movimento feminista nem pelo movimento negro", diz Sueli Carneiro, uma das fundadoras e coordenadora do Programa de Direitos Humanos do Geledés.

Recentemente, o Geledés ganhou as páginas da grande imprensa, a partir da notificação feita à Rede Globo devido à atitude passiva com que o personagem negro Kennedy recebia uma ofensa de cunho racista na novela "Pátria minha". A Globo se retratou, incluindo na própria novela uma cena em que a madrinha de Kennedy, também negra, faz um longo discurso, despertando nele a auto-estima e o orgulho por sua condição racial. O caso teve tanta repercussão que, na novela seguinte, "A próxima vítima", toda uma família negra de classe média passou a ser retratada de maneira digna - algo raro na teledramaturgia brasileira, em que o negro quase sempre aparece como personagem isolado e ocupando cargos subalternos. Não é só de ações espetaculares como essa, porém, que vive o Geledés. Ao contrário, sua representatividade se

construiu num trabalho árduo e cotidiano, como o desenvolvido no serviço SOS - RACISMO, que oferece assessoria jurídica gratuita para vítimas de discriminação racial. "Quando iniciamos esse trabalho", diz Sueli, "fizemos uma pesquisa em varas criminais da cidade de São Paulo, e constatamos que, em 40 anos



de existência da Lei Afonso Arinos (que define o racismo como crime), havia apenas dois processos movidos por motivo de discriminação racial. Isso nos deu uma medida do descaso com que a Justiça tratava essa questão. A partir da ação do SOS - RACISMO, temos tramitando hoje na Justiça cerca de 60 processos. Estamos recebendo em média quase 200 queixas por ano".

Mas a menina dos olhos do Geledés é o Projeto Rappers, que reúne atualmente 13 bandas de rap da periferia da cidade de São Paulo. O Projeto utiliza a música num trabalho de denúncia e conscientização sobre a violência racial, integrando ainda temas como a aids, as drogas e outras questões presentes no universo dos jovens negros. Entre outras coisas, o Projeto oferece cursos de capacitação política, capacitação musical das bandas, formação

profissional, na área da informática, e oficinas de saúde e sexualidade. Os próprios rappers vinculados ao Projeto produzem uma revista, o Pode Crê!, primeira revista brasileira voltada para jovens negros, com a proposta de ser um veículo de valorização estética, conscientização e discussão dos

problemas que afligem a comunidade negra. "As bandas chegaram aqui buscando socorro no SOS - racismo, em função da violência policial de que os jovens negros são vítimas - especialmente os rappers, que desenvolvem uma música muito crítica", conta

Sueli Carneiro. Fizemos então um seminário para discutir em que medida a gente poderia construir uma parceria. Foi daí que nasceu um projeto com a participação de representantes de bandas de diferentes regiões da cidade. Inicialmente a proposta era modesta: construir um espaço de discussão sobre a situação do jovem negro. E acabou virando um colosso, inclusive com uma articulação internacional com bandas americanas. O projeto nos permitiu equacionar uma questão que sempre

foi muito difícil para nós: como lidar politicamente com a questão cultural. O rap nos possibilitou fazer essa articulação, de forma a utilizar politicamente a cultura negra - não de maneira manipulatória, mas respeitando a autonomia da expressão cultural".

O SOS - racismo e o Projeto Rappers fazem parte do Programa de Direitos Humanos do Geledés, que engloba ainda outras atividades. Além deste, o Geledés possui ainda um Programa de Saúde - voltado principalmente para mulheres e adolescentes, com ênfase em questões de saúde reprodutiva - e um Programa de Comunicação, que busca dar suporte às outras atividades da Organização, através da elaboração de folhetos, cartilhas, vídeos e outros veículos de comunicação, da realização de eventos e da intervenção na mídia.